

NUS DE ESTOICISMO: PARA ALÉM DE UMA VISÃO EUROCÊNTRICA SOBRE OS INDÍGENAS

VERA LUCIA TEIXEIRA KAUSS¹
UNIGRANRIO

MARCOS TEIXEIRA DE SOUZA²
UNIGRANRIO

RESUMO: *Desde a chegada do homem branco à América, diversas visões foram construídas sobre o comportamento dos indígenas, sobretudo diante da morte e da dor. Equivocadas em muito ou em pouco, dos primeiros colonizadores até os autores contemporâneos, uma escrita perpassa: quem caracteriza e define o autóctone é o homem branco e não o próprio. Uma inusitada visão caracterizadora do indígena é a de um suposto estoicismo no comportamento do mesmo feita por Sarmiento.*

PALAVRAS-CHAVE: *estoicismo; indígenas; colonização; matrizes étnicas.*

ABSTRACT: *Since the white man's arrival in America, diverse views were built about the Indian behavior, mainly in face of death and pain. Being little or seriously mistaken, from contemporary first colonizer writers to 20th century writers, a writing goes by: the one who characterizes and defines the autochthon is the white man not himself. An unusual view characterizing the Indian is one of an alleged stoicism in his behavior made by Sarmiento.*

KEYWORDS: *stoicism; indian; colonization; ethnic matrices.*

¹ Graduação em Letras pela Fundação Técnico Educacional Souza Marques Faculdade de Filosofia Ciências e Letras (1979), graduação em Licenciatura Plena e Habilitação em Língua Portuguesa e Literaturas Brasileira e Portuguesa; mestrado em Letras (Ciência da Literatura - Literatura Comparada) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em Letras (Ciência da Literatura - Literatura Comparada) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002). Atualmente, é professora de língua portuguesa da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Educação e Professora de Literatura Comparada, Literatura Brasileira e Estudo e Produção de Texto na UNIGRANRIO, graduação e Pós-Graduação - Mestrado em Letras e Ciências Humanas (Interdisciplinar). Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literaturas Comparada e Brasileira, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira e hispano-americana, identidade étnica e cultural, indianismo e indigenismo, memória, literatura indígena. E-mail: verakauss@globo.com.

² Mestrando em Letras e Ciências Humanas - Unigranrio. Pós-graduando em Diversidade Cultural e Interculturalidade: Matrizes Indígenas e Africanas na Educação Brasileira - UFF. Graduado em Letras Português-Francês - UFRJ. Professor de Língua Portuguesa - SME-RJ. E-mail: prof1marcos@hotmail.com.

Com base nas obras *Conflicto y Armonías de las razas em América* (1883), de Domingos Facundo Sarmiento; *O Povo Brasileiro: a formação e sentido de Brasil* (1995), de Darcy Ribeiro; *A América Latina: males de Origem* (2008), de Manuel Bonfim e *As veias abertas da América Latina* (1971), de Eduardo Galeano, o presente artigo se propõe a, resguardada a pluralidade das culturas dessa matriz, analisar o papel do indígena no contexto de formação da América, pós-invasão do homem branco, partindo das seguintes discussões: O indígena é estoico? Caso sim, ele o é por si mesmo? Ou o é em relação ao negro? Ou, ainda, na visão do homem branco?

A motivação desta discussão se deve a um fragmento contido na obra supracitada de Sarmiento, em que o autor relaciona o comportamento dos indígenas ao estoicismo:

La seriedad de la posición en reposo de los músculos de la cara, y la gravedad del porte, son generales a todas las tribus indígenas, como expresión de dignidad personal en los varones, y de impassibilidad, que en realidad toca en el estoicismo cuando hacen frente al dolor, al miedo, a la alegría, lo mismo que al martirio. Los negros son por el contrario la raza más demostrativa y bulliciosa para la expresión de los efectos, la pena, la alegría y aun sorpresa (SARMIENTO, 1883, p. 20)³.

Esta citação abre caminho para que se questione ou não uma construção da imagem que se formou sobre o indígena, mediante o legado deixado e perpetuado pelo colonizador.

No imaginário coletivo americano, permanecem algumas heranças culturais e sociais enraizadas desde os primeiros anos em que o continente fora colônia oficial de países europeus. Tais heranças fazem do latino-americano um indivíduo com uma identidade mesclada de culturas plurais, ainda que negada em alguns contextos e circunstâncias. Intencional e/ou institucionalmente, algumas dessas heranças negativas são reproduzidas pelo latino-americano, fruto,

³ “A seriedade da posição em repouso dos músculos da face, e a gravidade do porte, são comuns a todas as tribos indígenas, como expressão de dignidade pessoal nos varões, e de impassibilidade, que, na realidade, toca o estoicismo quando enfrentam a dor, o medo, a alegria ou mesmo o martírio. Os negros são, ao contrário, a raça que mais demonstra e se agita ao expressar os efeitos da pena, da alegria e também da surpresa” (tradução livre).

geralmente, de uma educação formal e informal que privilegia determinadas epistemologias em detrimento de outras.

Estas heranças, entretanto, estão sujeitas a mudanças no desenvolver de uma valorização da latinidade como um processo histórico de superação, de reconquista de si, de reconhecimento de sua identidade plural. O contraponto a este apreço à latinidade é a supervalorização de quem vem de fora e o despreço à pluralidade, depreciando unidade(s) significativa(s) e formadora(s) dentro da pluralidade latino-americana, tal como a cultura indígena.

Ao longo de vários séculos de colonização e entrechoques étnicos, foram construídos estereótipos e discursos que se firmaram em tal proporção nas sociedades americanas, que se tornaram difíceis de serem desmentidos. Com a chegada dos europeus, a colonização inaugura um palco tumultuado e conflituoso sobre a América, em que, num primeiro momento deste processo colonizador, a interação entre o indígena e o branco será marcada pelo gradativo apagamento da cultura e da etnia (ou etnias) do primeiro, o qual, pela força das armas e artimanhas do colonizador, deixa de ser dono da terra para ser habitante indesejável em seu próprio solo. Eduardo Galeano, em *Veias Abertas da América Latina*, problematiza o ardil do colonizador para se apossar do território americano, cuja ação se deu de uma forma articulada, bem pensada e aparelhada pelo conhecimento que se tinha do outro.

Os conquistadores praticavam também, com refinamento e sabedoria, a técnica da traição e da intriga. (...) Além disso, também usaram outras armas ou, se se preferir, outros fatores trabalharam objetivamente para a vitória. Os cavalos e as bactérias, por exemplo (GALEANO, 1971, p. 14).

A diversidade de métodos empregados demonstra que o colonizador vinha preparado para exterminar qualquer chance de resistência ao seu domínio ou de participação indígena – a não ser como escravos – na exploração das riquezas oriundas da terra.

Embora houvesse várias populações indígenas guerreiras e articuladas, estes instrumentos utilizados pelo colonizador impuseram uma dinâmica de luta desproporcional sobre os povos nativos. Mais

adiante em seu texto, Galeano dirá que o uso do cavalo, animal desconhecido até então pelos povos autóctones, contribuiu para dar ao colonizador, ante os olhos indígenas, uma força mágica, sobrenatural e de desmedido poder.

A ambição mercantilista do colonizador pela terra e pelas riquezas materiais levava-o a ver a América como um imenso terreno sem dono a ser explorado e dominado. Em consequência desta necessidade de auferir da terra as riquezas, é que, num segundo momento, alguns anos depois do descobrimento, inicia-se o processo de trazer africanos para o trabalho braçal e escravo. Assim, a América, já no século XVI, se modifica ante o protagonismo do colonizador, restando às outras duas matrizes (a africana e a indígena), na formação da latinidade, o antagonismo e, mais comumente, a subjugação em relação ao colonizador.

A ideia de um estoicismo das matrizes africanas e, principalmente, indígenas, pode entrar em cena se o olhar estiver em torno ao lugar-comum com que Darcy Ribeiro inicia seu texto: "Surgimos da confluência, do entrelaço e do caldeamento do invasor português com índios silvícolas e campineiros e com negros africanos, uns e outros aliciados como escravos" (RIBEIRO, 1995, p. 19). O lugar-comum, explicitado por Ribeiro neste fragmento, posiciona os atores da construção da identidade nacional brasileira com certa fidelidade. Porém, ao longo do processo colonizador no Brasil, ocorre uma arrumação destes lugares-comuns empreendida pelo homem branco, fruto da educação jesuítica, num primeiro momento, e, mais tarde, com a educação formal do Estado.

Esta arrumação se refere a dar novos sentidos e contornos à participação das três matrizes formadoras na História do Brasil. A figura do colonizador como um invasor, um agressor, é substituída, na medida do possível, deslocando-a para a imagem de um civilizador, de um agente de cultura e progresso. A do negro, tido como um escravo, é vinculada, na pós-abolição, a de um marginal ou subalterno numa sociedade que aspira à República, esperançosa no lema positivista de ordem e progresso. E a imagem do indígena ficaria restrita não só ao mundo silvícola, mas ao terreno do folclórico, pitoresco e do avesso à Civilização. Estas imagens recriadas não surgiram da noite para o dia,

mas foram trabalhadas gradativa e propositalmente pelo homem branco, detentor do poder político-econômico, e servem para perpetuar o poder de uma elite descendente do período colonial. Assim:

Fala-se muito, também, da preguiça brasileira, atribuída tanto ao índio indolente, como ao negro fujão e até as classes dominantes viciosas. Tudo isto é duvidoso demais frente ao fato do que aqui se fez (RIBEIRO, 1995, p. 451).

“As causas desse descompasso devem ser buscadas em outras áreas” (RIBEIRO, 1995, p. 452). Para Ribeiro, a estruturação social vigente, que atende às demandas de uma minoria dominante, responde com clareza o dilema do atraso brasileiro diante de outras nações. A culpa não está e nunca esteve com a suposta preguiça do indígena – e do negro também. Culpabilizar estas duas matrizes facilita o discurso de pobreza da nação brasileira, e sustenta o *status quo* da minoria (elite), que se vê diante da falácia habilmente arquitetada de ser uma inocente, quando, na verdade, ela é a grande regente de muitos problemas socioeconômicos brasileiros.

O indígena, na História do Brasil e da América Latina, não é autônomo para viver sua história. Ele é o objeto da análise, quase sempre depreciativa, embasada em uma visão eurocêntrica, cuja caracterização da matriz indígena beira o absurdo, o pequeno, o primitivo, em prol de subjugar-los para obter vantagens explícitas ou implícitas sobre as terras brasileiras e americanas. Galeano (1971) enumera uma extensa lista de europeus e colonizadores que sentenciam a imagem do indígena:

O conde de Buffon afirmava que não se registrava nos índios, animais frígidos e débeis, “nenhuma atividade da alma”. O abade De Paw inventava uma América onde os índios degenerados eram como cachorros que não sabiam latir, vacas incomedíveis e camelos impotentes. A América de Voltaire, habitada por índios preguiçosos e estúpidos, tinha porcos com umbigos nas costas e leões carecas e covardes. Bacon, De Maistre, Montesquieu, Hume e Bodin negaram-se a reconhecer como semelhantes os “homens degradados” no Novo Mundo. Hegel falou da impotência física e espiritual da América e disse que os índios tinham perecido ao sopro da Europa. No século XVII, o padre Gregório Garcia

sustentava que os índios eram de ascendência judaica, porque, como os judeus, "são preguiçosos, não crêem nos milagres de Jesus Cristo e não são gratos aos espanhóis por todo o bem que lhes fizeram" (GALEANO, 1971, p. 30).

Quem dita quem ele é, como se caracteriza, entre outras questões, é o homem branco. A construção da ideia de preguiça, de primitivismo, de apatia, entre outras tantas que permeiam o universo das visões sobre os indígenas, tem a autoria do homem branco teorizando sobre o autóctone. Estas teorizações não são reproduções das falas dos indígenas, mas impressões e olhares do homem branco que se estabelecem na cultura dominante e deslocam os indígenas da definição própria de si mesmos.

Como muitos teóricos da formação da latinidade e da matriz indígena, Sarmiento (1883) analisa estes aspectos, calcado em uma educação e cultura eurocêntricas, e vê o indígena de uma maneira peculiar, não semelhante a outros teóricos: o estoicismo na vida do indígena. Segundo Jupiassú e Marcondes:

Na concepção estóica, os princípios éticos da harmonia e do equilíbrio baseiam-se, em última análise, nos princípios que ordenam o próprio cosmo. Assim, o homem, como parte desse cosmo, deve orientar sua vida prática por esses princípios. A ataraxia, imperturbabilidade, é o sinal máximo de sabedoria e felicidade, já que representa o estado no qual o homem, impassível, não é afetado pelos males da vida. É sobretudo da valorização dessa atitude impassível que se deriva o termo estóico, em seu sentido corrente (JAPIASSÚ e MARCONDES, 2006, p. 72).

Em tese, o Estoicismo se liga mais à matriz indígena do que às demais matrizes étnicas, em razão de seu envolvimento íntimo e harmônico com a natureza, contrastando em muito com a presença do colonizador, cujo intento de exploração das riquezas a qualquer custo o desvincula deste princípio estoico de relacionamento harmônico com a natureza.

No discurso, o colonizador, por vezes, se utilizou da metáfora "mãe natureza", com vistas a disfarçar sua voracidade predatória e mesquinha de usurpar do solo americano as riquezas que, por direito,

pertenciam aos indígenas. No entanto, seu relacionamento prático com a natureza era direcionado para a exploração, para a busca, território adentro, de novas potencialidades da América. Além disso, o branco carregava sobre si a ideia de civilização, que se opunha ao contato estreito e harmônico com a natureza.

O negro, por sua vez, também em terras estrangeiras e transformado em mercadoria no sistema escravocrata, não reconheceu a América como sua terra natal, e, portanto, sua ligação estoica com a natureza teria sido menor do que a do habitante natural.

Dentre as três matrizes étnicas, o indígena figura, hipoteticamente, então, como o candidato mais representativo de um estoicismo no quesito relacionamento com a natureza. Mas, certamente, a imagem de um indígena estoico não se fez tão somente por este quesito.

Para o Estoicismo, o equilíbrio representa uma faceta importante e definidora deste sistema filosófico. O pertencimento à América punha novamente o indígena na posição de alguém que está em equilíbrio com a terra. O homem branco, mesmo diante da admiração pelos encantos da América, sentia saudades da terra natal e reconhecia apenas a Europa como sua terra de origem e amada. Ele não vê a América como sua localidade, mas apenas um lugar para se adquirir riquezas. Além disso, está preso ao *modus vivendi* eurocêntrico, o que o faz sentir um desconforto na América. Com semelhante ou pior sentimento, o negro não entende o solo americano como sua terra, ainda mais sendo submetido ao regime perverso da escravidão.

Assim, ambos, cada um a seu modo, experimentam o desequilíbrio em relação à América: o branco, pela ausência da civilização deixada, ainda que, através da criação de instituições e intercâmbios, tente edificar, nas cidades em que viviam, um clima de europeísmo; e o negro, diante da forma como foi arrancado de sua África e posto sob um regime em que não lhe cabia praticamente escolha. Na realidade, foram os modos de vida que ajudaram a configurar uma tendência social ou não ao estoicismo, e não exatamente a uma propensão étnica a esta ou àquela escola filosófica.

Segundo Ribeiro (1995), Bonfim (2008) e os demais autores elencados para esta análise, os indígenas viveram, com a chegada do

colonizador, durante um período expressivo, sobretudo o primeiro século da presença do branco na América, sob o regime da escravidão e foram vítimas, quando não aceitavam este regime, de muitos ataques e castigos, que acabaram por configurar o maior genocídio até hoje cometido pelo homem contra seus irmãos.

Apesar disso, mesmo diante de infortúnios, a América era a sua casa. Uma coisa é sofrer dentro de sua casa, de sua terra natal, onde se sente, geralmente, mais seguro e aconchegado do que o padecer fora de seu ambiente natural, em que tudo aparenta, ao estrangeiro, ser mais hostil. A identificação e o sentimento de equilíbrio com a terra aproximam o indígena do Estoicismo, uma vez que ele traz consigo mais possibilidade de lidar com a dinâmica da colonização da terra. No entanto, estas características, a de identificação com a terra e o pertencimento a ela, por si sozinhas não criam condições definidoras de um estoicismo em relação ao indígena. Se fosse suficiente, dir-se-ia que um europeu, tentando viver de maneira equilibrada em sua terra natal, seria potencialmente um estoico. Ou ainda um africano, em harmonia com sua terra, seria igualmente um estoico.

Sarmiento não hesita em afirmar que a postura indígena diante da dor, do medo, da alegria credencia o indígena à escola estoica. Mais do que a ligação com a terra americana, o estoicismo que Sarmiento percebe no indígena advém de sua luta corajosa e desmedida contra a colonização. Estar em luta não significa dizer que essencialmente se está em desequilíbrio com o seu mundo. No caso indígena, ao contrário. Embora sob clima de desequilíbrio, em razão do confronto contra o colonizador, demonstra que seu enfrentamento contra o branco o põe mais próximo ao Estoicismo, já que o indígena luta porque sua natureza é, de modo geral, de desapego à vida material no afã de possuir bens materiais e luxo, em prol de uma luta pela sua terra com a qual está muito identificado.

Sem dúvida, a forma como um indivíduo encara os problemas da vida indica se ele pode ser considerado um estoico ou não, já que o estoicismo não se constrói no discurso, mas na prática de vida. Seguir o estoicismo implica abdicar, o máximo possível, o sentimentalismo frente às situações cuja emoção tende a aflorar no espírito humano; renunciar a inconstância de atitudes no cotidiano passível de mudanças rápidas;

manter a serenidade nos momentos mais adversos da vida, entre outras circunstâncias de autocontrole das quais o indivíduo necessitaria para vencer os obstáculos da vida.

Destaca Sarmiento (1883) este suposto Estoicismo no indígena, em comparação com o negro que, na visão sarmientiana, é reconhecido pela visibilidade e expansividade de seus sentimentos; elementos, portanto, mais aéstóicos. O autor argentino não inclui ou, pelo menos, não clarifica a posição do europeu colonizador quanto ao grau de estoicismo deste. Esta polarização entre negro e indígena, para realçar o estoicismo do primeiro, parece mais fácil de ser feita e reconhecida, porque a cultura negra foi e é muito marcada pelo canto, pelas danças e festas, um símbolo mais do Epicurismo do que do Estoicismo.

Embora não mencione o termo *estoicismo* para caracterizar o indígena, é visível que Bonfim (2008) entende que este sistema filosófico tem muito a ver com o indígena. Para ele, a coragem constitui uma das chaves distintivas que ratifica a matriz indígena ao Estoicismo. O posicionamento de indiferença ao medo e à morte chama a atenção tanto de Sarmiento quanto de Bonfim, e aproxima os autores da visão do homem branco sobre o indígena. Esta visão, no entanto, ora será reconhecida, ora escondida ou minorada diante da preocupação do branco de assumir que seu posicionamento diante do medo e da morte se encontra numa escala bem abaixo da matriz indígena.

A coragem, no índio, é feita, sobretudo, de uma quase absoluta indiferença pela dor física e pela morte – é a impassibilidade. Isto lhe tira ao heroísmo todo o brilhantismo; são temerários sem arrojo, são valentes sem galhardia; são, principalmente, obstinados, ferozmente obstinados (BONFIM, 2008, p. 187).

Bonfim, porém, se perde no labirinto do senso comum, ao atribuir à matriz indígena uma intelectualidade frágil, que o descompatibiliza da virtude estoica *equilíbrio*. Equivocadamente, o autor se alinha ao senso comum, que não credita ao indígena inteligência ou, então, o vê como um ser menos inteligente do que o branco. Esta visão corriqueira e perversa se explica, no discurso do senso comum, pelo fato de o indígena ser ligado à natureza, ao primitivismo e não à civilização.

O indígena americano, quanto a qualidades positivas,

se caracteriza por um amor violento à liberdade, uma coragem física verdadeiramente notável e uma grande instabilidade intelectual, direi mesmo uma grande instabilidade de espírito (BONFIM, 2008, p. 186).

Esta instabilidade excluiria o indígena do cenário da escola estoica. Bonfim (2008) não traça um quadro comparativo entre as três matrizes quanto à estoicidade de cada uma; todavia, o que se observa é que o indígena, para Bonfim, seria um indivíduo com apenas algumas virtudes estoicas, ao contrário de Sarmiento, que enxerga um estoicismo mais completo na matriz indígena.

Ambos, Sarmiento e Bonfim, traçam o indígena com características nativas, isto é, contemplam-no com temperamentos estoicos em maior ou menor grau, concatenados a um ambiente nativo e mais propenso ao equilíbrio, apesar da colonização. Diferentemente de Sarmiento (1883) e de Bonfim (2008), Galeano (1971) visualiza o indígena (o inca e o asteca), destacando sua prodigiosa organização, o domínio de conhecimentos avançados, entre outros, entretanto, carecendo da coragem exaltada por Sarmiento e Bonfim.

Os índios eram conduzidos aos socavões, submetidos à servidão dos encomenderos e obrigados a entregarem por nada as terras que obriatoriamente deixavam ou descuidavam (GALEANO, 1971, p. 31).

Desterrados em sua própria terra, condenados ao êxodo eterno, os indígenas da América Latina foram empurrados para as zonas mais pobres, as montanhas áridas ou o fundo dos desertos, à medida que se estendia a fronteira da civilização dominante. Os índios padeceram e padecem - síntese do drama de toda a América Latina - a maldição de sua própria riqueza (GALEANO, 1971, p. 34).

Em Galeano, o indígena ganha contornos de impotência diante do colonizador, quase tal qual um animal diante do seu predador. O autor sublinha a força do colonizador, as artimanhas inúmeras, tanto pela força quanto pelas falácias diante de um indígena mais acuado, desconhecedor de sua força, de sua inteligência. Não que Galeano tenha burrificado e/ou enfraquecido o indígena em sua análise, mas talvez no intuito de mostrar a opressão do branco na América, tenha tornado o

indígena menos resistente à opressão do que nas análises dos outros autores.

O indígena de Galeano não contém as características de equilíbrio e impassibilidade diante de situações adversas. Ele é, antes, um ser em conflito com a chegada do colonizador, e um ser que não encontra forças ou estratégias de resistências capazes de vencer a opressão vindoura. Nas análises de Sarmiento e Bonfim sobre o posicionamento enfrentador do indígena em relação à opressão sobre o branco, porém, também sujeito à derrota, Galeano não vê o indígena com características estoicas.

Não só em Galeano, o indígena descrito por Ribeiro (1995) não figura nada de estoico. Ele se assemelha ao homem branco. Para Ribeiro, ele sente medo, enfrenta dilemas com os quais parece não saber lidar, demonstra um sentimentalismo que se aproxima do romântico. O indígena de Ribeiro destoa em muito daquele descrito por Sarmiento. A primeira conclusão desta diferenciação aparentemente se resolve pelo *locus* diferente, com a oposição indígena cobriza em terras argentinas, descrito por Sarmiento, e indígena habitante das terras brasileiras. Porém, o que se percebe ao longo de toda a escrita de Ribeiro é que o autor escreve tomado por um sentimentalismo pela brasilidade, pelos objetos e sujeitos representativos do Brasil.

Por esta razão, o índio de Ribeiro (1995) não apresenta os caracteres positivos mais comuns atribuídos ao indígena: firme, impassível, etc. O indígena de Ribeiro, ainda que contenha muitos elementos reais, está contaminado de uma visão um tanto utópica (ou romanceada) do Brasil e dos brasileiros. *O Povo Brasileiro* é, sem dúvida, uma obra importante na busca de interpretações para o Brasil, porém, não é imparcial. Deve ser depreendida como uma visão de Brasil de um autor que fala do país e de sua gente de maneira muito subjetiva. No prefácio do livro, Ribeiro (1995) não esconde sua pretensão de parcialidade.

Agora, uma nova pulsão, mortal, reaviva a necessidade de publicar este livro que, além de um texto antropológico explicativo, é, e quer ser, um gesto meu na nova luta por um Brasil decente. Portanto, não se iluda comigo, leitor. Além de antropólogo, sou homem de fé e de partido. Faço política e faço ciência movido

por razões éticas e por um fundo patriotismo. Não procure, aqui, análises isentas. Este é um livro que quer ser participante, que aspira a influir sobre as pessoas, que aspira a ajudar o Brasil a encontrar-se a si mesmo (RIBEIRO, 1995, p. 17).

Não cabe a este artigo a velha discussão entre o imperativo de neutralidade ou não na pesquisa do objeto de estudo feita pelo pesquisador, mas é necessário mencionar que o indígena de Ribeiro tende, por vezes, a fugir muito da concepção dos demais autores elecandos neste artigo. Isso leva a acreditar que Ribeiro exacerba em sua visão do indígena.

Quando Sarmiento (1883) reporta o indígena ao Estoicismo, possivelmente esteja reproduzindo, inconscientemente, uma imagem do mesmo fabricada pelo colonizador. Ou ainda mais possivelmente insistindo na teimosia do homem branco em definir o indígena a partir da cultura europeia, tentando encaixá-lo, objetizado pelo olhar do colonizador, numa definição sobre ele bem ao gosto da cultura europeia. Para se compreender o(s) indígena(s) e sua(s) cultura(s), é preciso que estes atores se expressem, ou seja, é necessário que sejam ouvidos quanto a seus modos de vida, suas culturas, seus comportamentos, entre outros fatores, de modo que a História desta matriz seja relatada como tal, e não segundo uma visão muitas vezes míope e preconceituosa do homem branco em relação a eles. É preciso enxergá-los despidos de uma visão eurocêntrica, sem os conceitos filosóficos do homem branco. Não que estes conceitos sejam inválidos, mas não contemplam a realidade das culturas indígenas, não traduzem a expressão destas culturas por estarem sob moldes presos a outras vivências históricas, sociais e locais. Enquanto as teorizações sobre os indígenas deixarem de registrar as falas destes povos, a tendência que não escapa às análises historiográficas é a costumeira definição e caracterização deles, reprodutivas de valores herdados do colonizador e destituídos de completa validade, pois tratam a questão com cinismo, falseamento e depreciação das culturas destes povos, em prol de promover um europeísmo, um eurocentrismo cuja marca identitária na latinidade tenta desarraigar toda uma pluralidade étnica e cultural. Que não seja mais assim.

Referências bibliográficas

BONFIM, Manuel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1971.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES Danilo. **Dicionário Básico de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**: a formação e sentido de Brasil. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1995.

SARMIENTO, Domingos Facundo. **Conflicto y Armonías de las razas em América**. Buenos Aires: S. Ostwald Editor, 1883.
